



**PROCESSO LICITATÓRIO N°026/2026**  
**INEXIGIBILIDADE N° 011/2026**  
**CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO N° 001/2026**

**PREÂMBULO**

O MUNICÍPIO DE FORMIGA-MG, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Barão de Piumhi, nº 121, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.784.720/0001-25, neste ato representado por seu Gestor Municipal **LAÉRCIO DOS REIS GOMES**, torna público que receberá documentos referente Constitui objeto do presente procedimento administrativo o **CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, AUTORIZADAS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS, MEDIANTE CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO, AOS SERVIDORES MUNICIPAIS CONTRATADOS, NOMEADOS OU AGENTES POLÍTICOS ATIVOS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA E AUTARQUIAS**. A sessão será conduzida pela Comissão de Contratação, designada pela **PORTARIA N° 6.127, DE 25 DE JULHO DE 2025** e auxiliada pela equipe de apoio designada pela **PORTARIA N° 5.964, DE 19 DE MARÇO DE 2025**. O Credenciamento será regido pela Constituição Federal de 1988; pela Constituição do Estado de Minas Gerais; pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pela; e no que couber, pelas demais normas que disciplinam a matéria.

Para consulta e conhecimento dos interessados, o protocolo do Edital permanecerá afixado no quadro de aviso localizado na Rua Barão de Piumhi, nº 92 – 1º andar, Centro – Formiga MG, cuja cópia poderá ser obtida através do Site [www.formiga.mg.gov.br](http://www.formiga.mg.gov.br), do e-mail: [licitacaoformigamg@gmail.com](mailto:licitacaoformigamg@gmail.com) ou de requerimento dirigido à Diretoria de Compras Públicas do Município de Formiga-MG, no horário de 8h00min às 16h00min.

**1. DO OBJETO**

**1.1 CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DEVIDAMENTE AUTORIZADAS A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CRÉDITO CONSIGNADO, COMPREENDENDO A CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS MEDIANTE CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO E A DISPONIBILIZAÇÃO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO, COM DESCONTO MÍNIMO EM FOLHA, DESTINADOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS CONTRATADOS, NOMEADOS OU AGENTES POLÍTICOS ATIVOS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA E DE SUAS AUTARQUIAS.**

**1.2 DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE**

**1.2.1.** A necessidade da presente contratação decorre do dever da Administração de operar, organizar e controlar a folha de pagamento dos servidores, assegurando que os descontos consignados ocorram em conformidade com a legislação vigente, com observância dos limites legais, da segurança administrativa e da proteção ao servidor público. A efetiva regulamentação e fiscalização dessas operações garante maior transparência, padronização e segurança nas consignações facultativas, além de evitar riscos financeiros e operacionais que possam comprometer o interesse público.

**1.2.2.** Assim, a autorização para utilização da folha de pagamento pelas instituições financeiras credenciadas revela-se medida necessária para proporcionar aos servidores acesso seguro a operações de crédito, ao mesmo tempo em que permite à Administração exercer controle adequado, mitigando irregularidades e assegurando a integridade das informações e dos procedimentos administrativos envolvidos.



### **1.3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**1.3.1.** Conforme análise feita, a solução que mais se mostra vantajosa para a Administração é o credenciamento de instituições financeiras. Descreve-se a estratégia escolhida, como solução mais célere e efetiva, justificada pelas melhorias nos atendimentos aos servidores, proporcionando acesso a crédito.

**1.3.2.** O credenciamento possibilita a contratação de todos os interessados que preencham as condições deste Edital e do Termo de Referência, além de ser viável em função da desburocratização de processos licitatórios, a sua prática é viável, por credenciar vários interessados, o que proporcionará ao Município um melhor atendimento às finalidades organizacionais.

### **2. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE**

- Com base nas informações atuais, que indicam 2.500 crédito consignado ativos e 2.196 servidores ativos (sendo 564 contratados, nomeados ou agentes políticos), e considerando a vigência do credenciamento de 12 (doze) meses e o contrato de prestação de serviços com vigência inicial de 5 (cinco) anos, prorrogável por até 10 (dez) anos, a estimativa de quantidade pode ser elaborada da seguinte forma:

**2.1. Número Atual de Empréstimos:** Com 2.500 crédito consignado ativos e uma média de aproximadamente 1,14 empréstimos por servidor (2.500 empréstimos / 2.196 servidores), a demanda atual está estabelecida.

**2.2. Estimativa para a Vigência do Credenciamento:**

**a) Para 12 Meses:** Estima-se que o número de empréstimos possa aumentar devido à possível demanda adicional e ao incremento de novos servidores ou necessidades de crédito. A estimativa conservadora para um aumento de 10% a 20% pode resultar em aproximadamente 2.750 a 3.000 empréstimos (2.500 empréstimos + 10% a 20% de incremento).

**b) Para 5 Anos:** Considerando a continuidade do processo e o potencial de crescimento anual, a estimativa de quantidade pode ser ajustada. Com um crescimento médio anual de 10% a 15%, o número de empréstimos pode alcançar aproximadamente 3.750 a 4.375 empréstimos ao final do período de 5 anos, dependendo da demanda e das condições oferecidas pelas instituições financeiras.

**2.3. Participação das Instituições Financeiras:** Com 12 instituições financeiras contratadas, a competição entre as instituições pode favorecer a oferta de melhores condições de crédito, ampliando as opções para os servidores e possivelmente aumentando o número de empréstimos.

**2.4. Credenciamento Contínuo:** O credenciamento permanecerá aberto durante toda a sua vigência para novos interessados que atendam aos requisitos estabelecidos no edital, possibilitando a inclusão de novas instituições financeiras e aumentando a diversidade de opções disponíveis para os servidores.

- Essa estimativa proporciona uma visão abrangente da quantidade de empréstimos esperados durante a vigência do credenciamento e do contrato, considerando o crescimento potencial e a flexibilidade no número de instituições financeiras participantes.

### **3. DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E ABERTURA DA SESSÃO**

**3.1.** As empresas interessadas deverão anexar a documentação requerida no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) **a partir do dia 19 de março de 2026.**

**3.2.** **No dia 02 de abril de 2026, às 09:01 horas,** em sessão pública eletrônica, a realizar-se no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), será aberta a sessão e, não sendo manifestada intenção de recurso, procederá ao Credenciamento.

**3.3.** Para todas as referências de tempo contidas neste edital será observado o horário oficial de Brasília-DF.

**3.4.** Caso ocorra a manifestação de interposição de recurso, será designada nova data para abertura da sessão, após decisão.



#### **4. CONSULTAS E/OU ESCLARECIMENTOS**

**4.1.** Qualquer cidadão, assim como, os interessados na adesão ao credenciamento, poderão solicitar esclarecimentos à Comissão de Contratação, através do e-mail [licitacaoformigamg@gmail.com](mailto:licitacaoformigamg@gmail.com) ou pessoalmente, à Rua Barão de Piumhi nº 92 A – 2º Andar – Centro - Formiga/MG, ou pelos telefones: (37) 3329-1843 ou 3329- 1844.

#### **5. DA FORMA E CRITÉRIOS DE CONTRACÃO**

**5.1.** A contratação das instituições financeiras interessadas dar-se-á por meio de procedimento de **credenciamento**, modalidade que possibilita a habilitação simultânea de todas as instituições que atendam integralmente às condições, exigências técnicas, jurídicas e operacionais estabelecidas neste Edital e do Termo de Referência.

**5.1.1.** O credenciamento não implicará exclusividade, permitindo a celebração de contratos com múltiplas instituições financeiras, com o objetivo de ampliar a concorrência, assegurar melhores condições de crédito aos servidores e garantir maior liberdade de escolha quanto às taxas, prazos e demais condições oferecidas, respeitados os limites legais e normativos aplicáveis.

**5.1.2.** O procedimento de credenciamento será processado **sob a forma eletrônica**, nos termos do art. 17, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, utilizando-se de plataforma oficial indicada pela Administração, Licitanet, de modo a assegurar a publicidade, a transparência, a competitividade e a eficiência do certame.

#### **6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**6.1.** Poderão aderir ao credenciamento quaisquer instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na forma de Banco Múltiplo, Comercial ou Cooperativa e Cooperativa de Crédito; sem a necessidade de estrutura física ou atendimento presencial no âmbito da Prefeitura Municipal de Formiga e Autarquias.

**6.2.** Não serão admitidas a participar no presente credenciamento:

**a)** Instituições financeiras que estiverem em processo de intervenção judicial ou extrajudicial, falência, insolvência ou liquidação;

**b)** Instituições financeiras que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com qualquer órgão/entidade da Administração Pública em qualquer Poder ou esfera de Governo;

**6.3.** O serviço objeto do credenciamento, a ser prestado pelas instituições financeiras credenciadas, na forma deste Edital e do Termo de Referência, ocorrerá sem quaisquer ônus ou encargos para os CONTRATANTES, sendo o contrato firmado com a instituição credenciada a título gratuito e não oneroso.

**6.4.** O Município de Formiga/MG e Autarquias também ficam isentos de quaisquer responsabilidades, quanto a não efetuação do desconto, nos casos em que não se processar o pagamento por força de afastamento ou qualquer situação funcional que acarrete a exclusão do servidor público da folha.

#### **7. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA**

**7.1** No sistema eletrônico, os interessados deverão apresentar a seguinte documentação:

##### **7.1.1 HABILITAÇÃO JURIDICA:**

**a)** Cédula de identidade do responsável legal da empresa;

**b)** Registro comercial, no caso de empresa individual;

**c)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

**d)** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

**e)** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo



órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### **7.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

- a) Prova de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Certidão de Regularidade da Fazenda Pública Federal, conjunta com a Dívida Ativa da União que abrange regularidade com o INSS;
- c) Certidão de Regularidade Estadual;
- d) Certidão de Regularidade Municipal (da sede do licitante);
- f) Certidão de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente pelo TST (Tribunal Superior do Trabalho, disponível no site [www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao)), para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do art. 68, inciso V da Lei nº 14.133/21 e art. 642-A da CLT (incluído pela Lei nº 12.240/11);
- h) Declaração Diversa (**conforme anexo 02**).

### **7.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- a) Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

### **7.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- a) Registro ou autorização junto ao Banco Central.

#### **• JUSTIFICATIVA PARA A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- A exigência da qualificação técnica tem por base os princípios constitucionais da razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e do formalismo moderado. Eis o posicionamento do TCU (BRASIL, TCU, 2009b) sobre a razoabilidade:

“As exigências relativas à capacidade técnica guardam amparo constitucional e não constituem, por si só, restrição indevida ao caráter competitivo de licitações conduzidas pelo Poder Público. Tais exigências, sejam elas de caráter técnico-profissional ou técnico-operacional, não podem ser desarrazoadas a ponto de comprometer o caráter competitivo do certame, devendo tão-somente constituir garantia mínima suficiente de que o futuro contratado detém capacidade de cumprir com as obrigações contratuais. Tais exigências (sic) ser sempre devidamente fundamentadas, de forma que fiquem demonstradas inequivocamente sua imprescindibilidade e pertinência em relação ao objeto licitado.”

- Visa também zelar pelo gasto público e preservar o equipamento público, de modo a não abrir espaço para que empresas ou profissionais sem a qualificação necessária fossem vencedoras do certame e depois simplesmente não conseguissem cumprir ou ainda executassem o serviço de forma insatisfatória, acarretando desta maneira prejuízos ao Município e autarquias.

### **7.3. DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS (CONFORME ANEXO02):**

- a) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto





nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

- que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

É dispensado o documento de credenciamento para assinatura do contrato no caso de sócios ou mandatários com poderes específicos para tal.

#### **7.4. DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS:**

a) O licitante, deverá apresentar a Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social – PODENDO SER RETIRADO PELO SITE DO GOV.BR. (link: <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/>)

b) O licitante, deverá apresentar a Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizizes – PODENDO SER RETIRADO PELO SITE DO GOV.BR. (link: <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/>)

**\*OS LINKS ACIMA ESTÃO SUJEITOS A MUDANÇA.**

**OBSERVAÇÃO: Em caso de instabilidade no sistema gov.br, impossibilitando a emissão da Certidão de Regularidade, o licitante deverá apresentar as declarações assinadas pelo responsável legal da empresa, conforme os requisitos estabelecidos no item 7.4. do edital.**

**7.4.2** Ao protocolar seu pedido para o Credenciamento, a instituição financeira aceita e se obriga a cumprir todos os termos deste Edital.

**7.4.3.** Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

- a) Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, salvo aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, só puderem ser emitidos em nome da Matriz;

**7.4.4. Todos os documentos que não possuírem data de validade estabelecida pelo órgão expedidor deverão ter sido emitidos nos últimos 90 (noventa) dias.**

**7.4.5.** Não se incluem no previsto no item anterior os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade, que é o caso dos atestados de capacidade/responsabilidade técnica.

**7.4.6.** Serão aceitas somente documentos eletrônicos legíveis.

**7.4.7.** Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.

**7.4.8.** A Comissão de Contratação reserva-se no direito de solicitar o original a qualquer documento, sempre que julgar necessário.

**7.4.9.** Os documentos retirados da internet terão sua autenticidade certificada junto aos “sites” dos órgãos emissores.

**7.4.10.** Em qualquer hipótese, fica estabelecido que os documentos apresentados permanecerão no processo licitatório.

#### **8. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO E DO CONTRATO**

**8.1.** O credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do Edital. O contrato de prestação de serviços decorrente do credenciamento, terá vigência de **5 (cinco) anos**, contados a partir da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado sucessivamente até completar 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº. 14133/2021.



**8.2.** O interessado que tiver sua solicitação de credenciamento homologada será CREDENCIADO e assim permanecerá enquanto houver interesse do CREDENCIANTE, respeitando o término do prazo de vigência do Contrato.

**8.3.** O credenciamento permanecerá aberto a todos os interessados que atendam aos requisitos estabelecidos no edital durante toda a sua vigência.

## **9. DO CONTRATO**

**9.1** Concluído o credenciamento os interessados serão convocados para celebrar o Contrato de Prestação de serviços, conforme Minuta constante no Anexo 04 deste Edital.

**9.2** Os interessados credenciados e convocados deverão comparecer para celebrar o Contrato de Prestação de Serviços no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação para tal, através de correio eletrônico ou notificação pessoal.

**9.3** A não assinatura do Contrato poderá ser entendida como recusa injustificada, que ensejará seu imediato cancelamento.

## **10. DA PROTEÇÃO DE DADOS**

**10.1.** Deverão serem observadas as disposições da Lei 13.709, de 14.08.2018, Lei Geral de Proteção de Dados, quanto ao tratamento dos dados pessoais dos SERVIDORES, EMPREGADOS, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS, em especial quanto a finalidade e boa-fé na utilização de suas informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente convênio de concessão de crédito consignado.

**10.2.** Todos os envolvidos no processo figuram na qualidade de Controles Independentes dos dados fornecidos para tratamento.

**10.3.** Os envolvidos no processo estão obrigados a guardar o mais completo sigilo por si, por seus empregados ou prepostos, nos termos da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001 e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), cujos teores declaram ser de seu inteiro conhecimento, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento ou ter acesso, em razão do contrato a ser formalizado, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada ou de sua incorreta utilização, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos da lei.

**10.4.** Além das obrigações relacionadas no parágrafo anterior, são obrigados ainda a:

I- garantir que os dados foram e serão obtidos de forma lícita, com base legal apropriada nos termos da LGPD, inclusive para fins de compartilhamento ou tratamento inerentes ao escopo e para fins do Contrato;

II- possuir sistemas que garantam que a utilização dos dados seja realizada de acordo com a LGPD, observando, a manifestação revogabilidade do consentimento feita pelo titular dos dados;

III- Adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito;

IV- manter avaliação periódica do tratamento para garantir a segurança e qualidade do objeto do Contrato;

V- fornecer, quando solicitado, informações, documentos, certificações e relatórios relacionados ao Tratamento, desde que respeitadas as legislações aplicáveis, em especial, sigilo bancário e proteção de dados; e

VI- envidar os melhores esforços para auxiliar na elaboração de avaliações e relatórios de impacto à proteção aos dados pessoais e demais registros, documentos e solicitações requeridos por Lei.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **11.1. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO E AUTARQUIAS**

**11.1.1** Informar expressamente à Instituição Financeira credenciada o valor do saldo da



margem consignável do servidor, disponível para a contratação do crédito, observando para que esta não ultrapasse o limite estabelecido na legislação vigente;

**11.1.2** Repassar à Instituição Financeira credenciada os valores descontados em folha de pagamento decorrentes dos créditos concedidos **em data a ser firmada pelas partes nos instrumentos contratuais**, o total dos valores averbados e, quando ultrapassar o prazo, repassar com os encargos devidos.

**11.1.3** Informar à Instituição financeira a ocorrência de desligamento do Agente Público por força de demissão, exoneração, licença sem vencimento e outros tipos de afastamentos que acarretem a exclusão do Agente Público da folha;

**11.1.4** O Município de Formiga/MG e Autarquias não serão responsáveis solidários, nem mesmo garantidores das obrigações financeiras assumidas pelos servidores públicos **CONTRATADOS, NOMEADOS OU AGENTES POLÍTICOS** em decorrência da concessão de crédito consignado em folha de pagamento pelas instituições financeiras credenciadas na forma deste Edital, obrigando-se apenas e tão somente a:

**a)** Manter atualizados os dados cadastrais relativos aos servidores públicos **CONTRATADOS, NOMEADOS OU AGENTES POLÍTICOS**;

**b)** Qualquer alteração na conta corrente indicada para repasse dos valores descontados na folha de pagamento dos servidores públicos **CONTRATADOS, NOMEADOS OU AGENTES POLÍTICOS** consignados caberá às **CONTRATANTES** atualizar imediatamente o cadastro no Município e Autarquias.

**11.1.5.** Efetuar o correto enquadramento dos servidores **CONTRATADOS, NOMEADOS OU AGENTES POLÍTICOS**, conforme condições deste Edital;

**11.1.6.** Recepcionar e remeter os arquivos e documentos necessários à operacionalização deste Edital, mediante recibo;

**11.1.7.** Averbar em folha de pagamento o valor das prestações dos empréstimos concedidos, em favor do **CREDENCIADO**;

**11.1.8.** Informar as datas de fechamento da folha de pagamento e do crédito de salário dos servidores **CONTRATADOS, NOMEADOS OU AGENTES POLÍTICOS**;

**11.1.9.** Recepcionar e devolver ao **CREDENCIADO** o extrato e o arquivo relativos aos contratos a serem consignados em folha de pagamento, os efetivamente averbados, bem como os excluídos no prazo máximo de 3 (três) dias úteis anteriores ao vencimento das prestações;

**11.1.10.** Comunicar ao **CREDENCIADO** a justificativa para as eventuais impossibilidades de averbação das prestações;

**11.1.11.** Comunicar ao **CREDENCIADO**, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da data do conhecimento do fato, a ocorrência da redução na remuneração;

**11.1.12.** Notificar o servidor/devedor para comparecer junto ao **CREDENCIADO**, a fim de negociar o pagamento da dívida, na ocorrência de desligamento ou outro motivo que acarrete a sua exclusão da folha de pagamento;

**11.1.13.** Acatar os parâmetros e normas operacionais do **CREDENCIADO** vigentes e sua programação financeira;

**11.1.14.** Indeferir pedido efetuado por servidor/devedor sem a aquiescência do **CREDENCIADO**, de cancelamento das averbações das prestações do empréstimo, até o integral pagamento do débito.

## **11.2. OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA**

**11.2.1.** Respeitar o limite legal para a margem consignável emitida expressamente pelos **CONTRATANTES**, de 40% sobre os rendimentos dos servidores, sendo **35% para empréstimo consignado e 5% para despesas via cartão de crédito**, conforme Lei nº. 4740, de 18/09/2012, alterada pela Lei nº. 5.811, de 25/02/2022.

**11.2.2.** Não cobrar valores e encargos excedentes não permitidos em lei para concessão dos empréstimos, tais como taxas de administração, comissão de permanência, juros capitalizados mensais;



- 11.2.3.** Permitir aos CONTRATANTES o acompanhamento e a fiscalização dos serviços;
- 11.2.4.** Fornecer aos servidores CONTRATADOS, NOMEADOS OU AGENTES POLÍTICOS os formulários de Contrato de Crédito Pessoal (de empréstimo e/ou cartão de crédito), Solicitação de Certidão de Reserva de Margem Consignável e Autorização para Desconto em Folha de Pagamento, bem como outros formulários que se fizerem necessários à formalização das operações;
- 11.2.5.** Providenciar, diretamente com os servidores CONTRATADOS, NOMEADOS OU AGENTES POLÍTICOS, cópias de seus documentos pessoais, últimos contracheques e comprovante de residência;
- 11.2.6.** Solicitar a Certidão de Reserva de Margem Consignável aos CONTRATANTES preenchidas na sua totalidade com os dados das operações propostas;
- 11.2.7.** Manter em seu poder documento original comprobatório da necessária autorização pessoal do servidor, a ser apresentado sempre que solicitado, sob pena de notificação;
- 11.2.8.** Encaminhar até o dia 10 (dez) de cada mês aos CONTRATANTES relação dos contratos liberados contendo o nome completo e número da matrícula dos servidores CONTRATADOS, NOMEADOS OU AGENTES POLÍTICOS, os valores das prestações a serem consignadas, mês de início e término, para que os CONTRATANTES procedam, em até 02(dois) dias úteis, aos devidos descontos em folha de pagamento.
- 11.2.9.** Disponibilizar, mensalmente, as condições gerais do empréstimo, com as taxas de juros pré-fixados, através de tabelas;
- 11.2.10.** Executar os serviços em absoluto sigilo, por seus prepostos, ficando, assim, vedada a divulgação, por qualquer modo e a qualquer título, sem prévia e expressa autorização do Município e Autarquias, de qualquer dado ou informação a que tiver acesso;
- 11.2.11.** É de responsabilidade exclusiva e integral do CREDENCIADO a utilização de pessoal para a execução do objeto, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o Município e Autarquias;
- 11.2.12.** A efetuação de desconto em desacordo com os termos da Lei Municipal nº 4.740 de 18.09.2012, alterada pela Lei nº. 5811, de 25/02/2022, constatado em decorrência de reclamação encaminhada pelo servidor ou não, ensejará em notificação emitida pelos CONTRATANTES, garantindo-se, em qualquer hipótese, a oportunidade da instituição financeira apresentar esclarecimentos.
- 11.2.13.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas, conforme artigo 92, inciso XVI, da Lei 14.133/2021.
- 11.2.14.** Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme previsto no artigo 92, inciso XVII, da Lei 14.133/2021.

## **12. EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 12.1.** A execução do objeto deste credenciamento será realizada diretamente pelas instituições financeiras credenciadas, que oferecerão aos servidores municipais da Prefeitura de Formiga e autarquias, a possibilidade de contratação de crédito consignado bem como de cartão de crédito consignado, com desconto mínimo em folha, conforme as regras estabelecidas no edital e no contrato de credenciamento.
- 12.2.** As instituições credenciadas serão responsáveis por disponibilizar aos servidores condições competitivas para a concessão de crédito, respeitando os limites e critérios previstos na legislação vigente, tais como margem consignável, prazos de pagamento e taxas de juros.
- 12.3.** Além disso, cabe às instituições garantir a transparência nas operações, fornecendo informações claras e precisas aos servidores sobre as condições do empréstimo, bem como realizar os descontos em folha de pagamento conforme autorizado pelos servidores e dentro dos prazos estabelecidos.
- 12.4.** A fiscalização do cumprimento das obrigações por parte das instituições credenciadas





será realizada pela Administração Pública, que poderá exigir relatórios e prestar esclarecimentos sobre eventuais irregularidades ou falhas na execução do objeto.

### **13. DAS PENALIDADES**

**13.1.** Nas hipóteses de descumprimento contratual, inexecução total ou parcial, poderá a Administração e autarquias, aplicar ao CREDENCIADO as seguintes sanções:

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízos significativos ao objeto e à Administração;
- b) Ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Formiga, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa jurídica, que praticar qualquer dos atos contemplados na Lei Federal nº. 14.133/2021.
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública e autarquias, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada/credenciada ressarcir a Administração e autarquias, pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior conforme dispõe o artigo 156, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

**13.2.** A imposição das sanções, previstas nestas cláusulas, não excluem a possibilidade de aplicação das medidas, corretivas e penalidades previstas em regulamento próprio, dependendo da gravidade do fato que as motivar, considerada a avaliação do caso concreto na situação e circunstâncias objetivas, e delas será notificada a CREDENCIADA.

**13.3.** Para efeito de aplicação de qualquer penalidade, são assegurados o contraditório e a ampla defesa.

### **14. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**14.1.** Conforme a **PORTARIA Nº 4.015 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2020**, estão designados os servidores abaixo para fiscalizar e acompanhar a execução do contrato que é objeto deste Edital:

- **JOSÉ ARCANJO BORGES** – Prefeitura Municipal de Formiga;
- **MÁRCIO GABRIEL AMARANTE** – Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Formiga (PREVIFOR);
- **RIZIANE KÊNIA DUARTE COSTA** – Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE).

**14.2.** Será verificado o cumprimento integral das obrigações contratuais, inclusive com a verificação mensal da correta inclusão e exclusão de estagiários.

**14.3.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

**14.4.** A gestão do Contrato será realizada pelo secretário responsável pela Secretaria de Administração e Desenvolvimento Econômico, pela Prefeitura, por Heytor Pimenta, pelo SAAE e por Ronaldo Cândido da Silva pelo PREVIFOR, cabendo a estes o controle administrativo/financeiro necessário ao pleno cumprimento deste.

### **15. DA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO**

**15.1.** No dia 02 de abril de 2026, às 09:01 horas, em sessão pública eletrônica, a realizar-se na plataforma do Licitanet será conferidos a documentação.

**15.2.** Não sendo manifestada intenção de recurso procederá ao credenciamento, destinado à elaboração do rol de credenciados com competências em prestação dos serviços constantes no objeto deste edital.

**15.3.** Sendo manifestada a intenção de recurso por qualquer dos interessados, a Comissão de Contratação designará nova data para sessão de classificação, que ocorrerá após decisão do



recurso interposto.

## **16. DO RECURSO E IMPUGNAÇÃO**

**16.1.** Caberá a Comissão Contratação decidir sobre a petição impugnatória no prazo de até 3 (três) dias úteis.

**16.2.** Qualquer recurso contra a decisão da Comissão de Contratação terá efeito suspensivo.

**16.3.** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**16.4.** Os recursos poderão ser enviados via endereço eletrônico e postal, com aviso de recebimento para comprovação dos prazos estabelecidos para cada ato contados da data de postagem.

**16.5.** O protocolo deverá ocorrer no horário de expediente da Diretoria de Compras Públicas. A Administração Municipal não se responsabiliza pelo extravio/ausência de assinatura nos documentos eletrônicos.

**16.6.** O recurso será dirigido a Comissão de Contratação, por intermédio de quem que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias, ou, nesse prazo, fazê-lo subir devidamente informando à autoridade competente, devendo, neste caso, a decisão ser proferida no prazo de 03 (três) dias, contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

## **17. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**17.1.** O credenciamento das instituições financeiras para a concessão de crédito consignado aos servidores municipais, conforme definido neste Edital, não acarretará qualquer custo direto para a Prefeitura Municipal de Formiga e suas Autarquias.

**17.2.** A prestação de serviços pelas instituições financeiras credenciadas será realizada de forma gratuita, sem encargos ou ônus para a Administração Pública. As operações financeiras ocorrerão exclusivamente entre os **SERVIDORES CONTRATADOS, NOMEADOS OU AGENTES POLÍTICOS** e as instituições financeiras, cabendo à Prefeitura e Autarquias apenas a função de repassar os valores consignados em folha, conforme previamente acordado nos termos contratuais.

**17.3.** Dessa forma, a estimativa de valor para esta contratação é nula, sendo este credenciamento a título gratuito para o município, conforme estabelecido nos requisitos de participação.

## **18. DOTAÇÃO**

**18.1.** Considerando que o credenciamento de instituições financeiras para a concessão de crédito consignado aos servidores municipais não acarreta despesas para a Administração Pública, não há necessidade de previsão de dotação orçamentária específica para esta contratação.

## **19. CRITÉRIO DE PAGAMENTO**

**19.1.** A contratação para o credenciamento de instituições financeiras para concessão de crédito consignado aos servidores municipais da Prefeitura de Formiga e autarquias, não gerará ônus para a Administração. Deste modo, não há previsão de pagamento por parte do órgão público às instituições credenciadas, visto que as operações de crédito consignado envolvem diretamente as instituições financeiras e os servidores municipais interessados.

**19.2.** O acompanhamento e a fiscalização das operações ocorrerão por meio de relatórios periódicos emitidos pelas instituições credenciadas, demonstrando as concessões de crédito e eventuais situações que possam demandar ajustes ou esclarecimentos, conforme as cláusulas estabelecidas no contrato de credenciamento.

**19.3.** Eventuais questionamentos ou dificuldades operacionais deverão ser relatados e resolvidos conforme estabelecido no contrato, garantindo a eficácia e continuidade do serviço.



## **20. DO DESCREDENCIAMENTO**

**20.1.** O Contrato de Prestação de Serviços poderá ser extinto, com o consequente credenciamento da ENTIDADE CONSIGNATÁRIA, no que for aplicável ao credenciamento, nas hipóteses previstas no art. 23 do Decreto nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024.

**20.2.** A extinção deste Credenciamento pelo MUNICÍPIO e AUTARQUIAS, em qualquer hipótese, não importará em restituição de valores ou indenização a ENTIDADE CONSIGNATÁRIA.

## **21. DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO**

**21.1.** O Município de Formiga – MG e Autarquias, com relação a este credenciamento:

a) Deverá anulá-lo, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

b) Poderá revogá-lo, a seu juízo, se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;

**21.2.** Será observado, ainda, quanto ao procedimento deste Credenciamento:

a) A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar;

b) A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado, ainda, o dispositivo citado na subcomissão anterior;

c) No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

## **22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**22.1** Para consulta e conhecimento dos interessados, o protocolo do Edital permanecerá afixado no quadro de aviso localizado na Rua Barão de Piumhi, 92 (1º Andar) – Centro - Formiga–MG, cuja cópia poderá ser obtida através do Site [www.formiga.mg.gov.br](http://www.formiga.mg.gov.br) ou através de requerimento dirigido à Diretoria de Compras Públicas, na Rua Barão de Piumhi 92 A (2º Andar) - Centro - Formiga–MG.

**22.2** O procedimento licitatório que dele resultar obedecerá integralmente a Lei n.º 14.133/2021 e as demais normas e condições estabelecidas no Edital.

**22.3** O edital será disponibilizado no endereço eletrônico [www.formiga.mg.gov.br](http://www.formiga.mg.gov.br) ou podendo ser solicitado pelo e-mail [licitacaoformigamg@gmail.com](mailto:licitacaoformigamg@gmail.com).

## **23. SÃO PARTES INTEGRANTES DESTE EDITAL:**

**23.1.** Modelo de solicitação de credenciamento (**ANEXO 01**), Modelo de declaração diversa (**ANEXO 02**), termo de referência (**ANEXO 03**) e Minuta de contrato de prestação de serviço (**ANEXO 04**).

Formiga(MG), 20 de fevereiro de 2026.

Elaborado por:

---

**LUCAS EDUARDO PREIRA**  
**COORDENADOR DE PREGÃO**



**Diretoria de Compras Públicas**  
RUA BARÃO DE PIUMHI, 92 B (2º ANDAR) - CENTRO - FORMIGA – MG  
TELEFONE: (037) 3329-1844 - (037) 3329-1843  
CEP 35570-128 - EMAIL: [licitacaoformigamg@gmail.com](mailto:licitacaoformigamg@gmail.com)



Aprovador por:

**MILLENA RIBEIRO DA SILVA**  
**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E**  
**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

**RONALDO CÂNDIDO DA SILVA**  
**SUPERINTENDENTE EXECUTIVO DO PREVIFOR**

**HEYTOR MARCOS SILVA PIMENTA**  
**DIRETOR GERAL DO SAAE**





**ANEXO 01**  
**MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO**

**CREDENCIAMENTO 001/2026**  
**INEXIGIBILIDADE Nº 011/2026**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2026**

O interessado ....., inscrito no CNPJ  
sob o nº ....., sediada  
à....., bairro....., município de  
....., por seu representante legal, vem por meio deste, solicitar o Credenciamento,  
junto à Prefeitura Municipal de Formiga-MG.

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo do representante legal.

Local e data: \_\_\_\_\_

**Observação:** Este modelo deverá ser impresso em papel timbrado do interessado



**ANEXO 02**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DIVERSA**  
**Processo Licitatório nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_**  
**Credenciamento nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_**

Ao:

Município de Formiga/MG

Ref.: Credenciamento Nº \_\_\_\_\_

Prezados Senhores,

(nome e qualificação do representante), como representante devidamente constituído da empresa \_\_\_\_\_ (nome da empresa/CNPJ) \_\_\_\_\_, sito à \_\_\_\_\_, doravante denominado Licitante, para os fins disposto no edital, DECLARA, sob as penas da lei, em especial ao art. 299 do Código Penal Brasileiro que:

- está ciente e concorda integralmente com as condições estabelecidas no edital e em seus anexos, declarando que cumpre plenamente os requisitos de habilitação previstos no instrumento convocatório, bem como que observará a legislação aplicável à execução dos serviços, assumindo inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes de sua atuação, inexistindo vínculo empregatício com o Município.
- não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- que tem ciência de que o presente procedimento trata-se de credenciamento, não havendo apresentação de proposta econômica, e que a execução dos serviços observará integralmente a legislação aplicável, especialmente quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, as quais serão de sua exclusiva responsabilidade.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

LICITANTE/CNPJ

ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE LEGAL

**Obs: Este documento deve ser anexado no sistema LICITANET.**

**Obs: Ao redigir a presente Declaração, o Proponente deverá utilizar formulário com timbre da proponente.**



## ANEXO 03

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DO OBJETO

Constitui objeto do presente procedimento administrativo o **CREDENCIAMENTO de Instituições Financeiras** devidamente autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para a prestação de serviços de crédito consignado, compreendendo a concessão de **empréstimos mediante consignação em folha de pagamento** e a disponibilização de **cartão de crédito consignado**, com desconto mínimo em folha, destinados aos **servidores públicos municipais CONTRATADOS, NOMEADOS OU AGENTES POLÍTICOS** ativos, da Prefeitura Municipal de Formiga e de suas Autarquias, observada a legislação vigente. O credenciamento abrangerá as instituições que ofertem quaisquer das modalidades de crédito mencionadas, podendo disponibilizar uma ou ambas, conforme sua política operacional.

#### 2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Conforme análise feita, a solução que mais se mostra vantajosa para a Administração é o credenciamento de instituições financeiras. Descreve-se a estratégia escolhida, como solução mais célere e efetiva, justificada pelas melhorias nos atendimentos aos servidores, proporcionando acesso a crédito.

O credenciamento possibilita a contratação de todos os interessados que preencham as condições deste Termo, além de ser viável em função da desburocratização de processos licitatórios, a sua prática é viável, por credenciar vários interessados, o que proporcionará ao Município um melhor atendimento às finalidades organizacionais.

#### 3. EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto deste credenciamento será realizada diretamente pelas instituições financeiras credenciadas, que oferecerão aos servidores municipais da Prefeitura de Formiga e autarquias, a possibilidade de contratação de crédito consignado bem como de cartão de crédito consignado, com desconto mínimo em folha, conforme as regras estabelecidas no edital e no contrato de credenciamento.

As instituições credenciadas serão responsáveis por disponibilizar aos servidores



condições competitivas para a concessão de crédito, respeitando os limites e critérios previstos na legislação vigente, tais como margem consignável, prazos de pagamento e taxas de juros.

Além disso, cabe às instituições garantir a transparência nas operações, fornecendo informações claras e precisas aos servidores sobre as condições do empréstimo, bem como realizar os descontos em folha de pagamento conforme autorizado pelos servidores e dentro dos prazos estabelecidos.

A fiscalização do cumprimento das obrigações por parte das instituições credenciadas será realizada pela Administração Pública, que poderá exigir relatórios e prestar esclarecimentos sobre eventuais irregularidades ou falhas na execução do objeto.

#### **4. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE**

Com base nas informações atuais, que indicam 2.500 crédito consignado ativos e 2.196 servidores ativos (sendo 564 contratados, nomeados ou agentes políticos), e considerando a vigência do credenciamento de 12 (doze) meses e o contrato de prestação de serviços com vigência inicial de 5 (cinco) anos, prorrogável por até 10 (dez) anos, a estimativa de quantidade pode ser elaborada da seguinte forma:

**4.1 Número Atual de Empréstimos:** Com 2.500 crédito consignado ativos e uma média de aproximadamente 1,14 empréstimos por servidor ( $2.500 \text{ empréstimos} / 2.196 \text{ servidores}$ ), a demanda atual está estabelecida.

##### **4.2 Estimativa para a Vigência do Credenciamento:**

**c) Para 12 Meses:** Estima-se que o número de empréstimos possa aumentar devido à possível demanda adicional e ao incremento de novos servidores ou necessidades de crédito. A estimativa conservadora para um aumento de 10% a 20% pode resultar em aproximadamente 2.750 a 3.000 empréstimos ( $2.500 \text{ empréstimos} + 10\% \text{ a } 20\% \text{ de incremento}$ ).

**d) Para 5 Anos:** Considerando a continuidade do processo e o potencial de crescimento anual, a estimativa de quantidade pode ser ajustada. Com um crescimento médio anual de 10% a 15%, o número de empréstimos pode alcançar aproximadamente 3.750 a 4.375 empréstimos ao final do período de 5 anos, dependendo da demanda e das condições oferecidas pelas instituições financeiras.

**4.3 Participação das Instituições Financeiras:** Com 12 instituições financeiras contratadas, a competição entre as instituições pode favorecer a oferta de melhores condições de crédito, ampliando as opções para os servidores e possivelmente aumentando o número de empréstimos.





**4.4 Credenciamento Contínuo:** O credenciamento permanecerá aberto durante toda a sua vigência para novos interessados que atendam aos requisitos estabelecidos no edital, possibilitando a inclusão de novas instituições financeiras e aumentando a diversidade de opções disponíveis para os servidores.

Essa estimativa proporciona uma visão abrangente da quantidade de empréstimos esperados durante a vigência do credenciamento e do contrato, considerando o crescimento potencial e a flexibilidade no número de instituições financeiras participantes.

## **5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O credenciamento das instituições financeiras para a concessão de crédito consignado aos servidores municipais, conforme definido neste Termo, não acarretará qualquer custo direto para a Prefeitura Municipal de Formiga e suas Autarquias.

A prestação de serviços pelas instituições financeiras credenciadas será realizada de forma gratuita, sem encargos ou ônus para a Administração Pública. As operações financeiras ocorrerão exclusivamente entre os **SERVIDORES CONTRATADOS, NOMEADOS OU AGENTES POLÍTICOS** e as instituições financeiras, cabendo à Prefeitura e Autarquias apenas a função de repassar os valores consignados em folha, conforme previamente acordado nos termos contratuais.

Dessa forma, a estimativa de valor para esta contratação é nula, sendo este credenciamento a título gratuito para o município, conforme estabelecido nos requisitos de participação.

## **6. DOTAÇÃO**

Considerando que o credenciamento de instituições financeiras para a concessão de crédito consignado aos servidores municipais não acarreta despesas para a Administração Pública, não há necessidade de previsão de dotação orçamentária específica para esta contratação.

## **7. CRITÉRIO DE PAGAMENTO**

A contratação para o credenciamento de instituições financeiras para concessão de crédito consignado aos servidores municipais da Prefeitura de Formiga e autarquias, não gerará ônus para a Administração. Deste modo, não há previsão de pagamento por parte do órgão público às instituições credenciadas, visto que as operações de crédito consignado envolvem diretamente as instituições financeiras e os servidores municipais interessados.



O acompanhamento e a fiscalização das operações ocorrerão por meio de relatórios periódicos emitidos pelas instituições credenciadas, demonstrando as concessões de crédito e eventuais situações que possam demandar ajustes ou esclarecimentos, conforme as cláusulas estabelecidas no contrato de credenciamento.

Eventuais questionamentos ou dificuldades operacionais deverão ser relatados e resolvidos conforme estabelecido no contrato, garantindo a eficácia e continuidade do serviço.

## **8. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE**

A necessidade da presente contratação decorre do dever da Administração de operar, organizar e controlar a folha de pagamento dos servidores, assegurando que os descontos consignados ocorram em conformidade com a legislação vigente, com observância dos limites legais, da segurança administrativa e da proteção ao servidor público. A efetiva regulamentação e fiscalização dessas operações garante maior transparência, padronização e segurança nas consignações facultativas, além de evitar riscos financeiros e operacionais que possam comprometer o interesse público.

Assim, a autorização para utilização da folha de pagamento pelas instituições financeiras credenciadas revela-se medida necessária para proporcionar aos servidores acesso seguro a operações de crédito, ao mesmo tempo em que permite à Administração exercer controle adequado, mitigando irregularidades e assegurando a integridade das informações e dos procedimentos administrativos envolvidos.

## **9. DA VIGÊNCIA**

O credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do Edital. O contrato de prestação de serviços decorrente do credenciamento, terá vigência de **5 (cinco) anos**, contados a partir da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado sucessivamente até completar 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº. 14133/2021.

O interessado que tiver sua solicitação de credenciamento homologada será CREDENCIADO e assim permanecerá enquanto houver interesse do CREDENCIANTE, respeitando o término do prazo de vigência do Contrato.

O credenciamento permanecerá aberto a todos os interessados que atendam aos requisitos estabelecidos no edital durante toda a sua vigência.



## **10. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**10.1.** Poderão aderir ao credenciamento quaisquer instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na forma de Banco Múltiplo, Comercial ou Cooperativa e Cooperativa de Crédito; sem a necessidade de estrutura física ou atendimento presencial no âmbito da Prefeitura Municipal de Formiga e Autarquias.

**10.2.** Não serão admitidas a participar no presente credenciamento:

c) Instituições financeiras que estiverem em processo de intervenção judicial ou extrajudicial, falência, insolvência ou liquidação;

d) Instituições financeiras que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com qualquer órgão/entidade da Administração Pública em qualquer Poder ou esfera de Governo;

**10.3.** O serviço objeto do credenciamento, a ser prestado pelas instituições financeiras credenciadas, na forma deste termo, ocorrerá sem quaisquer ônus ou encargos para os CONTRATANTES, sendo o contrato firmado com a instituição credenciada a título gratuito e não oneroso.

**10.4.** O Município de Formiga/MG e Autarquias também ficam isentos de quaisquer responsabilidades, quanto a não efetuação do desconto, nos casos em que não se processar o pagamento por força de afastamento ou qualquer situação funcional que acarrete a exclusão do servidor público da folha.

## **11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

a) Registro ou autorização junto ao Banco Central.

A exigência da qualificação técnica tem por base os princípios constitucionais da razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e do formalismo moderado. Eis o posicionamento do TCU (BRASIL, TCU, 2009b) sobre a razoabilidade:

“As exigências relativas à capacidade técnica guardam amparo constitucional e não constituem, por si só, restrição indevida ao caráter competitivo de licitações conduzidas pelo Poder Público. Tais exigências, sejam elas de caráter técnico-profissional ou técnico-operacional, não podem ser desarrazoadas a ponto de comprometer o caráter competitivo do certame, devendo tão-somente constituir



garantia mínima suficiente de que o futuro contratado detém capacidade de cumprir com as obrigações contratuais. Tais exigências (sic) ser sempre devidamente fundamentadas, de forma que fiquem demonstradas inequivocamente sua imprescindibilidade e pertinência em relação ao objeto licitado.”

Visa também zelar pelo gasto público e preservar o equipamento público, de modo a não abrir espaço para que empresas ou profissionais sem a qualificação necessária fossem vencedoras do certame e depois simplesmente não conseguissem cumprir ou ainda executassem o serviço de forma insatisfatória, acarretando desta maneira prejuízos ao Município e autarquias.

## **12.DAS OBRIGAÇÕES**

### **12.1. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO E AUTARQUIAS**

12.1.1. Informar expressamente à Instituição Financeira credenciada o valor do saldo da margem consignável do servidor, disponível para a contratação do crédito, observando para que esta não ultrapasse o limite estabelecido na legislação vigente;

12.1.2. Repassar à Instituição Financeira credenciada os valores descontados em folha de pagamento decorrentes dos créditos concedidos **em data a ser firmada pelas partes nos instrumentos contratuais**, o total dos valores averbados e, quando ultrapassar o prazo, repassar com os encargos devidos.

12.1.3. Informar à Instituição financeira a ocorrência de desligamento do Agente Público por força de demissão, exoneração, licença sem vencimento e outros tipos de afastamentos que acarretem a exclusão do Agente Público da folha;

12.1.4. O Município de Formiga/MG e Autarquias não serão responsáveis solidários, nem mesmo garantidores das obrigações financeiras assumidas pelos servidores públicos CONTRATADOS, NOMEADOS OU AGENTES POLÍTICOS em decorrência da concessão de crédito consignado em folha de pagamento pelas instituições financeiras credenciadas na forma deste termo, obrigando-se apenas e tão somente a:

**c)** Manter atualizados os dados cadastrais relativos aos servidores públicos CONTRATADOS, NOMEADOS OU AGENTES POLÍTICOS;

**d)** Qualquer alteração na conta corrente indicada para repasse dos valores descontados na folha de pagamento dos servidores públicos CONTRATADOS, NOMEADOS OU AGENTES POLÍTICOS





consignados caberá às CONTRATANTES atualizar imediatamente o cadastro no Município e Autarquias.

12.1.5 Efetuar o correto enquadramento dos servidores CONTRATADOS, NOMEADOS OU AGENTES POLÍTICOS, conforme condições deste termo;

12.1.6 Recepcionar e remeter os arquivos e documentos necessários à operacionalização deste termo, mediante recibo;

12.1.7 Averbar em folha de pagamento o valor das prestações dos empréstimos concedidos, em favor do CREDENCIADO;

Informar as datas de fechamento da folha de pagamento e do crédito de salário dos servidores CONTRATADOS, NOMEADOS OU AGENTES POLÍTICOS;

12.1.8 Recepcionar e devolver ao CREDENCIADO o extrato e o arquivo relativos aos contratos a serem consignados em folha de pagamento, os efetivamente averbados, bem como os excluídos no prazo máximo de 3 (três) dias úteis anteriores ao vencimento das prestações;

12.1.9 Comunicar ao CREDENCIADO a justificativa para as eventuais impossibilidades de averbação das prestações;

12.1.10 Comunicar ao CREDENCIADO, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da data do conhecimento do fato, a ocorrência da redução na remuneração;

12.1.11 Notificar o servidor/devedor para comparecer junto ao CREDENCIADO, a fim de negociar o pagamento da dívida, na ocorrência de desligamento ou outro motivo que acarrete a sua exclusão da folha de pagamento;

12.1.12 Acatar os parâmetros e normas operacionais do CREDENCIADO vigentes e sua programação financeira;

12.1.13 Indeferir pedido efetuado por servidor/devedor sem a aquiescência do CREDENCIADO, de cancelamento das averbações das prestações do empréstimo, até o integral pagamento do débito.

### **13. OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA**

13.1 Respeitar o limite legal para a margem consignável emitida expressamente pelos CONTRATANTES, de 40% sobre os rendimentos dos servidores, sendo **35% para empréstimo consignado e 5% para despesas via cartão de crédito**, conforme Lei nº. 4740, de 18/09/2012, alterada pela Lei nº. 5.811, de 25/02/2022.

13.2 Não cobrar valores e encargos excedentes não permitidos em lei para concessão dos empréstimos, tais como taxas de administração, comissão de permanência, juros capitalizados mensais;

13.3 Permitir aos CONTRATANTES o acompanhamento e a fiscalização dos serviços;



13.4 Fornecer aos servidores CONTRATADOS, NOMEADOS OU AGENTES POLÍTICOS os formulários de Contrato de Crédito Pessoal (de empréstimo e/ou cartão de crédito), Solicitação de Certidão de Reserva de Margem Consignável e Autorização para Desconto em Folha de Pagamento, bem como outros formulários que se fizerem necessários à formalização das operações;

13.5 Providenciar, diretamente com os servidores CONTRATADOS, NOMEADOS OU AGENTES POLÍTICOS, cópias de seus documentos pessoais, últimos contracheques e comprovante de residência;

13.6 Solicitar a Certidão de Reserva de Margem Consignável aos CONTRATANTES preenchidas na sua totalidade com os dados das operações propostas;

13.7 Manter em seu poder documento original comprobatório da necessária autorização pessoal do servidor, a ser apresentado sempre que solicitado, sob pena de notificação;

13.8 Encaminhar até o dia 10 (dez) de cada mês aos CONTRATANTES relação dos contratos liberados contendo o nome completo e número da matrícula dos servidores CONTRATADOS, NOMEADOS OU AGENTES POLÍTICOS, os valores das prestações a serem consignadas, mês de início e término, para que os CONTRATANTES procedam, em até 02(dois) dias úteis, aos devidos descontos em folha de pagamento.

13.9 Disponibilizar, mensalmente, as condições gerais do empréstimo, com as taxas de juros pré-fixados, através de tabelas;

13.10 Executar os serviços em absoluto sigilo, por seus prepostos, ficando, assim, vedada a divulgação, por qualquer modo e a qualquer título, sem prévia e expressa autorização do Município e Autarquias, de qualquer dado ou informação a que tiver acesso;

13.11. É de responsabilidade exclusiva e integral do CREDENCIADO a utilização de pessoal para a execução do objeto, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o Município e Autarquias;

13.12. A efetuação de desconto em desacordo com os termos da Lei Municipal nº 4.740 de 18.09.2012, alterada pela Lei nº. 5811, de 25/02/2022, constatado em decorrência de reclamação encaminhada pelo servidor ou não, ensejará em notificação emitida pelos CONTRATANTES, garantindo-se, em qualquer hipótese, a oportunidade da instituição financeira apresentar esclarecimentos.

13.13. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas, conforme artigo 92, inciso XVI, da Lei 14.133/2021.

13.14. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme previsto no artigo 92, inciso XVII, da Lei 14.133/2021.



## 14.DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Conforme a Portaria nº 4.015 de 17 de fevereiro de 2020, estão designados os servidores abaixo para fiscalizar e acompanhar a execução do contrato que é objeto deste Termo de Referência:

- **JOSÉ ARCANJO BORGES** – Prefeitura Municipal de Formiga;
- **MÁRCIO GABRIEL AMARANTE** – Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Formiga (PREVIFOR);
- **RIZIANE KÊNIA DUARTE COSTA** – Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE).

Será verificado o cumprimento integral das obrigações contratuais, inclusive com a verificação mensal da correta inclusão e exclusão de estagiários.

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

A gestão do Contrato será realizada pelo secretário responsável pela Secretaria de Administração e Desenvolvimento Econômico, pela Prefeitura, por Heytor Pimenta, pelo SAAE e por Ronaldo Cândido da Silva pelo PREVIFOR, cabendo a estes o controle administrativo/financeiro necessário ao pleno cumprimento deste.

## 15.DA FORMA E CRITÉRIOS DE CONTRAÇÃO

15.1. A contratação das instituições financeiras interessadas dar-se-á por meio de procedimento de **credenciamento**, modalidade que possibilita a habilitação simultânea de todas as instituições que atendam integralmente às condições, exigências técnicas, jurídicas e operacionais estabelecidas neste Termo de Referência e no respectivo edital.

15.1.1. O credenciamento não implicará exclusividade, permitindo a celebração de contratos com múltiplas instituições financeiras, com o objetivo de ampliar a concorrência, assegurar melhores condições de crédito aos servidores e garantir maior liberdade de escolha quanto às taxas, prazos e demais condições oferecidas, respeitados os limites legais e normativos aplicáveis.

15.1.2. O procedimento de credenciamento será processado **sob a forma eletrônica**, nos termos do art. 17, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, utilizando-se de plataforma oficial indicada pela Administração, Licitanet, de modo a assegurar a publicidade, a transparência, a competitividade e a eficiência do certame.



## **16.DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO**

**16.1.** O Município de Formiga – MG e Autarquias, com relação a este credenciamento:

- c) Deverá anulá-lo, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;
- d) Poderá revogá-lo, a seu juízo, se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;

**16.2.** Será observado, ainda, quanto ao procedimento deste Credenciamento:

- d) A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar;
- e) A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado, ainda, o dispositivo citado na subcomissão anterior;
- f) No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

## **17.DO DESCREDENCIAMENTO**

O Contrato de Prestação de Serviços poderá ser extinto, com o consequente descredenciamento da ENTIDADE CONSIGNATÁRIA, no que for aplicável ao credenciamento, nas hipóteses previstas no art. 23 do Decreto nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024.

A extinção deste Credenciamento pelo MUNICÍPIO e AUTARQUIAS, em qualquer hipótese, não importará em restituição de valores ou indenização a ENTIDADE CONSIGNATÁRIA.

## **18.DA PROTEÇÃO DE DADOS**

- Deverão serem observadas as disposições da Lei 13.709, de 14.08.2018, Lei Geral de Proteção de Dados, quanto ao tratamento dos dados pessoais dos SERVIDORES, EMPREGADOS, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS, em especial quanto a finalidade e boa-fé na utilização de suas informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente convênio de concessão de crédito consignado.
- Todos os envolvidos no processo figuram na qualidade de Controles Independentes dos dados





fornecidos para tratamento.

- Os envolvidos no processo estão obrigados a guardar o mais completo sigilo por si, por seus empregados ou prepostos, nos termos da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001 e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), cujos teores declaram ser de seu inteiro conhecimento, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento ou ter acesso, em razão do contrato a ser formalizado, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada ou de sua incorreta utilização, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos da lei.

- Além das obrigações relacionadas no parágrafo anterior, são obrigados ainda a:

I- garantir que os dados foram e serão obtidos de forma lícita, com base legal apropriada nos termos da LGPD, inclusive para fins de compartilhamento ou tratamento inerentes ao escopo e para fins do Contrato;

II- possuir sistemas que garantam que a utilização dos dados seja realizada de acordo com a LGPD, observando, a manifestação revogabilidade do consentimento feita pelo titular dos dados;

III- Adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito;

IV- manter avaliação periódica do tratamento para garantir a segurança e qualidade do objeto do Contrato;

V- fornecer, quando solicitado, informações, documentos, certificações e relatórios relacionados ao Tratamento, desde que respeitadas as legislações aplicáveis, em especial, sigilo bancário e proteção de dados; e

VI- emendar os melhores esforços para auxiliar na elaboração de avaliações e relatórios de impacto à proteção aos dados pessoais e demais registros, documentos e solicitações requeridos por Lei.

## **19. DAS PENALIDADES**

**19.1.** Nas hipóteses de descumprimento contratual, inexecução total ou parcial, poderá a Administração e autarquias, aplicar ao CREDENCIADO as seguintes sanções:

- Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízos significativos ao objeto e à Administração;

- Ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Formiga, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa jurídica, que praticar



qualquer dos atos contemplados na Lei Federal nº. 14.133/2021.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública e autarquias, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada/credenciada ressarcir a Administração e autarquias, pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior conforme dispõe o artigo 156, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

**192.** A imposição das sanções, previstas nestas cláusulas, não excluem a possibilidade de aplicação das medidas, corretivas e penalidades previstas em regulamento próprio, dependendo da gravidade do fato que as motivar, considerada a avaliação do caso concreto na situação e circunstâncias objetivas, e delas será notificada a CREDENCIADA.

**193.** Para efeito de aplicação de qualquer penalidade, são assegurados o contraditório e a ampla defesa.

## **20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**201.** Para consulta e conhecimento dos interessados, o protocolo do Edital permanecerá afixado no quadro de aviso localizado na Rua Barão de Piumhi, 92 (1º Andar) – Centro - Formiga–MG, cuja cópia poderá ser obtida através do Site [www.formiga.mg.gov.br](http://www.formiga.mg.gov.br) ou através de requerimento dirigido à Diretoria de Compras Públicas, na Rua Barão de Piumhi 92 A (2º Andar) - Centro - Formiga–MG.

**202.** O procedimento licitatório que dele resultar obedecerá integralmente a Lei n.º 14.133/2021 e as demais normas e condições estabelecidas no Edital.

**203.** O edital será disponibilizado no endereço eletrônico [www.formiga.mg.gov.br](http://www.formiga.mg.gov.br) ou podendo ser solicitado pelo e-mail [licitacaoformigamg@gmail.com](mailto:licitacaoformigamg@gmail.com).

**Termo de Referência elaborado por: Juliano Gonçalves Pereira**

Formiga (MG), 23 de dezembro de 2025.

**Aprovado por:**

**Millena Ribeiro da Silva**  
Secretária Municipal de Administração e Desenvolvimento  
Econômico



**Diretoria de Compras Públicas**  
RUA BARÃO DE PIUMHI, 92 B (2º ANDAR) - CENTRO - FORMIGA – MG  
TELEFONE: (037) 3329-1844 - (037) 3329-1843  
CEP 35570-128 - EMAIL: [licitacaoformigamg@gmail.com](mailto:licitacaoformigamg@gmail.com)



**Ronaldo Cândido da Silva**  
Superintendente Executivo do PREVIFOR

**Heytor Marcos Silva Pimenta**  
Diretor Geral do SAAE



**ANEXO 04**  
**MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2026**  
**INEXIGIBILIDADE Nº 011/2026**  
**CREDENCIAMENTO 001/2026**

**CONTRATO Nº \_\_\_\_/2026**

**QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FORMIGA E ..... , ,  
PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS,  
MEDIANTE CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO, AOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS CONTRATADOS, NOMEADOS OU AGENTES POLÍTICOS  
ATIVOS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA E AUTARQUIAS.**

**CONTRATO** que entre si celebram o **Município de Formiga**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no C.N.P.J. sob o nº: 16.784.720/0001-25, com sua sede administrativa localizada na Rua Barão de Piumhi, nº 121, Centro, neste ato, representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, **Sr. Laércio dos Reis Gomes**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Formiga - MG, portador do C.P.F. nº: 761.371.396-20 e R.G. nº: MG 3.863.304 SSP/MG, o **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº: 16.782.211/0001-63, estabelecido em Formiga-MG, na Rua Antônio José Barbosa, nº: 723, Bairro Santa Luzia, neste ato representando pelo seu Diretor Geral, **Sr. Heytor Marcos Silva Pimenta**, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Formiga - MG, portador da Carteira de Identidade nº. MG-15148183, inscrito no C.P.F. sob o nº. 070.664.976-19, o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE FORMIGA /MG – PREVIFOR**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº.: 05.121.894/0001-91, estabelecido em Formiga - MG, na Praça Olegário Maciel, nº. 42, Centro, neste ato representando pelo seu Superintendente Executivo, **Sr. Ronaldo Cândido da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Formiga-MG, inscrito no C.P.F. nº: 385.437.886-68 e R.G. nº. M2.104.336 SSP/MG, neste ato denominado CONTRATANTES e de outro lado o ..... Inscrito no CNPJ sob nº....., com endereço ..... através de seu representante legal, Sr....., denominado CONTRATADO, considerando a homologação, o objeto da Licitação de que trata o Edital de Credenciamento nº 001/2026 cujo objeto é o **CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, AUTORIZADAS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS, MEDIANTE CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO, AOS SERVIDORES MUNICIPAIS CONTRATADOS, NOMEADOS OU AGENTES POLÍTICOS ATIVOS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA E AUTARQUIAS**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1.CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, AUTORIZADAS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE**



**CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS, MEDIANTE CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO, AOS SERVIDORES MUNICIPAIS CONTRATADOS, NOMEADOS OU AGENTES POLÍTICOS ATIVOS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA E AUTARQUIAS.**

1.2. Toda a documentação apresentada no Instrumento Convocatório e seus Anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**2.1. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO E AUTARQUIAS**

2.1.1. Informar expressamente à Instituição Financeira credenciada o valor do saldo da margem consignável do servidor, disponível para a contratação do crédito, observando para que esta não ultrapasse o limite estabelecido na legislação vigente;

2.1.2. Repassar à Instituição Financeira credenciada os valores descontados em folha de pagamento decorrentes dos créditos concedidos **em data a ser firmada pelas partes nos instrumentos contratuais**, o total dos valores averbados e, quando ultrapassar o prazo, repassar com os encargos devidos.

2.1.3. Informar à Instituição financeira a ocorrência de desligamento do Agente Público por força de demissão, exoneração, licença sem vencimento e outros tipos de afastamentos que acarretem a exclusão do Agente Público da folha;

2.1.4. O Município de Formiga/MG e Autarquias não serão responsáveis solidários, nem mesmo garantidores das obrigações financeiras assumidas pelos servidores públicos CONTRATADOS, NOMEADOS OU AGENTES POLÍTICOS em decorrência da concessão de crédito consignado em folha de pagamento pelas instituições financeiras credenciadas na forma desta minuta, obrigando-se apenas e tão somente a:

a) Manter atualizados os dados cadastrais relativos aos servidores públicos CONTRATADOS, NOMEADOS OU AGENTES POLÍTICOS;

b) Qualquer alteração na conta corrente indicada para repasse dos valores descontados na folha de pagamento dos servidores públicos CONTRATADOS, NOMEADOS OU AGENTES POLÍTICOS consignados caberá às CONTRATANTES atualizar imediatamente o cadastro no Município e Autarquias.

2.1.5. Efetuar o correto enquadramento dos servidores CONTRATADOS, NOMEADOS OU AGENTES POLÍTICOS, conforme condições desta minuta;

2.1.6. Recepcionar e remeter os arquivos e documentos necessários à operacionalização desta minuta, mediante recibo;

2.1.7. Averbar em folha de pagamento o valor das prestações dos empréstimos concedidos, em favor do CREDENCIADO;

2.1.8. Informar as datas de fechamento da folha de pagamento e do crédito de salário dos servidores CONTRATADOS, NOMEADOS OU AGENTES POLÍTICOS;

2.1.9. Recepcionar e devolver ao CREDENCIADO o extrato e o arquivo relativos aos contratos a serem consignados em folha de pagamento, os efetivamente averbados, bem como os excluídos no prazo máximo de 3 (três) dias úteis anteriores ao vencimento das prestações;

2.1.10. Comunicar ao CREDENCIADO a justificativa para as eventuais impossibilidades de averbação das prestações;

2.1.11. Comunicar ao CREDENCIADO, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da data do conhecimento do fato, a ocorrência da redução na remuneração;

2.1.12. Notificar o servidor/devedor para comparecer junto ao CREDENCIADO, a fim de negociar o pagamento da dívida, na ocorrência de desligamento ou outro motivo que acarrete a sua exclusão da folha de pagamento;

2.1.13. Acatar os parâmetros e normas operacionais do CREDENCIADO vigentes e sua programação financeira;





**2.1.14.** Indeferir pedido efetuado por servidor/devedor sem a aquiescência do CREDENCIADO, de cancelamento das averbações das prestações do empréstimo, até o integral pagamento do débito.

## **2.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**2.2.1.** Respeitar o limite legal para a margem consignável emitida expressamente pelos CONTRATANTES, de 40% sobre os rendimentos dos servidores, sendo **35% para empréstimo consignado e 5% para despesas via cartão de crédito**, conforme Lei nº. 4740, de 18/09/2012, alterada pela Lei nº. 5.811, de 25/02/2022.

**2.2.2.** Não cobrar valores e encargos excedentes não permitidos em lei para concessão dos empréstimos, tais como taxas de administração, comissão de permanência, juros capitalizados mensais;

**2.2.3.** Permitir aos CONTRATANTES o acompanhamento e a fiscalização dos serviços;

**2.2.4.** Fornecer aos servidores CONTRATADOS, NOMEADOS OU AGENTES POLÍTICOS os formulários de Contrato de Crédito Pessoal (de empréstimo e/ou cartão de crédito), Solicitação de Certidão de Reserva de Margem Consignável e Autorização para Desconto em Folha de Pagamento, bem como outros formulários que se fizerem necessários à formalização das operações;

**2.2.5.** Providenciar, diretamente com os servidores CONTRATADOS, NOMEADOS OU AGENTES POLÍTICOS, cópias de seus documentos pessoais, últimos contracheques e comprovante de residência;

**2.2.6.** Solicitar a Certidão de Reserva de Margem Consignável aos CONTRATANTES preenchidas na sua totalidade com os dados das operações propostas;

**2.2.7.** Manter em seu poder documento original comprobatório da necessária autorização pessoal do servidor, a ser apresentado sempre que solicitado, sob pena de notificação;

**2.2.8.** Encaminhar até o dia 10 (dez) de cada mês aos CONTRATANTES relação dos contratos liberados contendo o nome completo e número da matrícula dos servidores CONTRATADOS, NOMEADOS OU AGENTES POLÍTICOS, os valores das prestações a serem consignadas, mês de início e término, para que os CONTRATANTES procedam, em até 02(dois) dias úteis, aos devidos descontos em folha de pagamento.

**2.2.9.** Disponibilizar, mensalmente, as condições gerais do empréstimo, com as taxas de juros pré-fixados, através de tabelas;

**2.2.10.** Executar os serviços em absoluto sigilo, por seus prepostos, ficando, assim, vedada a divulgação, por qualquer modo e a qualquer título, sem prévia e expressa autorização do Município e Autarquias, de qualquer dado ou informação a que tiver acesso;

**2.2.11.** É de responsabilidade exclusiva e integral do CREDENCIADO a utilização de pessoal para a execução do objeto, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o Município e Autarquias;

**2.2.12.** A efetuação de desconto em desacordo com os termos da Lei Municipal nº 4.740 de 18.09.2012, alterada pela Lei nº. 5.811, de 25/02/2022, constatado em decorrência de reclamação encaminhada pelo servidor ou não, ensejará em notificação emitida pelos CONTRATANTES, garantindo-se, em qualquer hipótese, a oportunidade da instituição financeira apresentar esclarecimentos.

**2.2.13.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas, conforme artigo 92, inciso XVI, da Lei 14.133/2021.

**2.2.14.** Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme previsto no artigo 92, inciso XVII, da Lei 14.133/2021.



### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**3.1** O contrato de prestação de serviços decorrente do credenciamento, terá vigência de **5 (cinco) anos**, contados a partir da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado sucessivamente até completar 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº. 14133/2021.

**3.2** O interessado que tiver sua solicitação de credenciamento homologada será **CREDENCIADO** e assim permanecerá enquanto houver interesse do **CREDENCIANTE**, respeitando o término do prazo de vigência do Contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA: DA FISCALIZAÇÃO**

**4.1** Conforme a **PORTARIA Nº 4.015 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2020**, estão designados os servidores abaixo para fiscalizar e acompanhar a execução do contrato:

- **JOSÉ ARCANJO BORGES** – Prefeitura Municipal de Formiga;
- **MÁRCIO GABRIEL AMARANTE** – Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Formiga (PREVIFOR);
- **RIZIANE KÊNIA DUARTE COSTA** – Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE).

**4.2.** Será verificado o cumprimento integral das obrigações contratuais, inclusive com a verificação mensal da correta inclusão e exclusão de estagiários.

**4.3.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

**4.4.** A gestão do Contrato será realizada pelo secretário responsável pela Secretaria de Administração e Desenvolvimento Econômico, pela Prefeitura, por Heytor Pimenta, pelo SAAE e por Ronaldo Cândido da Silva pelo PREVIFOR, cabendo a estes o controle administrativo/financeiro necessário ao pleno cumprimento deste.

### **CLÁUSULA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS**

**5.1.** Deverão serem observadas as disposições da Lei 13.709, de 14.08.2018, Lei Geral de Proteção de Dados, quanto ao tratamento dos dados pessoais dos **SERVIDORES, EMPREGADOS, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS**, em especial quanto a finalidade e boa-fé na utilização de suas informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente convênio de concessão de crédito consignado.

**5.2.** Todos os envolvidos no processo figuram na qualidade de Controles Independentes dos dados fornecidos para tratamento.

**5.3.** Os envolvidos no processo estão obrigados a guardar o mais completo sigilo por si, por seus empregados ou prepostos, nos termos da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001 e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), cujos teores declaram ser de seu inteiro conhecimento, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento ou ter acesso, em razão do contrato a ser formalizado, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada ou de sua incorreta utilização, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos da lei.

**5.4.** Além das obrigações relacionadas no parágrafo anterior, são obrigados ainda a:

I- garantir que os dados foram e serão obtidos de forma lícita, com base legal apropriada nos termos da LGPD, inclusive para fins de compartilhamento ou tratamento inerentes ao escopo e para fins do Contrato;

II- possuir sistemas que garantam que a utilização dos dados seja realizada de acordo com a LGPD, observando, a manifestação revogabilidade do consentimento feita pelo titular dos dados;

III- Adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados de



acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito;

IV- manter avaliação periódica do tratamento para garantir a segurança e qualidade do objeto do Contrato;

V- fornecer, quando solicitado, informações, documentos, certificações e relatórios relacionados ao Tratamento, desde que respeitadas as legislações aplicáveis, em especial, sigilo bancário e proteção de dados; e

VI- envidar os melhores esforços para auxiliar na elaboração de avaliações e relatórios de impacto à proteção aos dados pessoais e demais registros, documentos e solicitações requeridos por Lei.

### **CLÁUSULA SEXTA- DAS PENALIDADES**

**6.1** Nas hipóteses de descumprimento contratual, inexecução total ou parcial, poderá a Administração e autarquias, aplicar ao CREDENCIADO as seguintes sanções:

a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízos significativos ao objeto e à Administração;

b) Ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Formiga, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa jurídica, que praticar qualquer dos atos contemplados na Lei Federal nº. 14.133/2021.

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública e autarquias, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada/credenciada ressarcir a Administração e autarquias, pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior conforme dispõe o artigo 156, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

**6.2.** A imposição das sanções, previstas nestas cláusulas, não excluem a possibilidade de aplicação das medidas, corretivas e penalidades previstas em regulamento próprio, dependendo da gravidade do fato que as motivar, considerada a avaliação do caso concreto na situação e circunstâncias objetivas, e delas será notificada a CREDENCIADA.

**6.3.** Para efeito de aplicação de qualquer penalidade, são assegurados o contraditório e a ampla defesa.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO DESCREDENCIAMENTO**

**7.1** O Contrato de Prestação de Serviços poderá ser extinto, com o consequente descredenciamento da ENTIDADE CONSIGNATÁRIA, no que for aplicável ao credenciamento, nas hipóteses previstas no art. 23 do Decreto nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024.

**7.2** A extinção deste Credenciamento pelo MUNICÍPIO e AUTARQUIAS, em qualquer hipótese, não importará em restituição de valores ou indenização a ENTIDADE CONSIGNATÁRIA.

### **CLÁUSULA OITAVA – DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO**

**8.1** O Município de Formiga – MG e Autarquias, com relação a este credenciamento:

a) Deverá anulá-lo, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

b) Poderá revogá-lo, a seu juízo, se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;

**8.2.** Será observado, ainda, quanto ao procedimento deste Credenciamento:

a) A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de



indenizar;

b) A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado, ainda, o dispositivo citado na subcomissão anterior;

c) No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

### **CLÁUSULA NONA – DOTAÇÃO**

**9.1.** Considerando que o credenciamento de instituições financeiras para a concessão de crédito consignado aos servidores municipais não acarreta despesas para a Administração Pública, não há necessidade de previsão de dotação orçamentária específica para esta contratação.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - CRITÉRIO DE PAGAMENTO**

**10.1.** A contratação para o credenciamento de instituições financeiras para concessão de crédito consignado aos servidores municipais da Prefeitura de Formiga e autarquias, não gerará ônus para a Administração. Deste modo, não há previsão de pagamento por parte do órgão público às instituições credenciadas, visto que as operações de crédito consignado envolvem diretamente as instituições financeiras e os servidores municipais interessados.

**10.2.** O acompanhamento e a fiscalização das operações ocorrerão por meio de relatórios periódicos emitidos pelas instituições credenciadas, demonstrando as concessões de crédito e eventuais situações que possam demandar ajustes ou esclarecimentos, conforme as cláusulas estabelecidas no contrato de credenciamento.

**10.3.** Eventuais questionamentos ou dificuldades operacionais deverão ser relatados e resolvidos conforme estabelecido no contrato, garantindo a eficácia e continuidade do serviço.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – EXECUÇÃO DO OBJETO**

**11.1.** A execução do objeto desta minuta será realizada diretamente pelas instituições financeiras credenciadas, que oferecerão aos servidores municipais da Prefeitura de Formiga e autarquias, a possibilidade de contratação de crédito consignado bem como de cartão de crédito consignado, com desconto mínimo em folha, conforme as regras estabelecidas no edital e no contrato de credenciamento.

**11.2.** As instituições credenciadas serão responsáveis por disponibilizar aos servidores condições competitivas para a concessão de crédito, respeitando os limites e critérios previstos na legislação vigente, tais como margem consignável, prazos de pagamento e taxas de juros.

**11.3.** Além disso, cabe às instituições garantir a transparência nas operações, fornecendo informações claras e precisas aos servidores sobre as condições do empréstimo, bem como realizar os descontos em folha de pagamento conforme autorizado pelos servidores e dentro dos prazos estabelecidos.

**11.4.** A fiscalização do cumprimento das obrigações por parte das instituições credenciadas será realizada pela Administração Pública, que poderá exigir relatórios e prestar esclarecimentos sobre eventuais irregularidades ou falhas na execução do objeto.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**12.1.** O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**12.2.** O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.





**12.3.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**12.4.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**12.5.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**12.6.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**12.7.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**12.8.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**12.9.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**12.10.** Indenizações e multas.

**12.11.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DOS CASOS OMISSOS**

**13.1.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

**14.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**14.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**14.3.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO CONTRATUAL**

**15.1.** Este contrato está vinculado de forma total e plena ao **Credenciamento nº 001/2026, Processo licitatório 026/2026, Inexigibilidade 011/2026** que lhe deu causa, para cuja execução exigir-se-á rigorosa obediência ao Edital e seus Anexos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EFICÁCIA E DA PUBLICAÇÃO**

**16.1.** O presente instrumento será publicado, em resumo, na Imprensa Oficial, o que se configura como condição indispensável para sua eficácia, contratante irá divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DO FORO**

**17.1.** As partes elegem o foro da Comarca de Formiga-MG, com exceção de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do presente Termo.

E, por estarem as partes de pleno acordo com tudo o que se encontra disposto neste





Contrato, cientes das obrigações assumidas e das consequências de sua inobservância, firmam o presente instrumento, na presença de duas testemunhas que também o subscrevem.

Formiga/MG, ..... de ..... de 2026

**MUNICÍPIO DE FORMIGA**  
Laércio dos Reis Gomes - Prefeito Municipal  
Contratante

Contratado(a)

Obs: Com a adoção das assinaturas eletrônicas, é possível dispensar as testemunhas, conforme previsto no art. 784 § 4 do CPC.

TESTEMUNHAS:

1- \_\_\_\_\_  
CPF

2- \_\_\_\_\_  
CPF